



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14278 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

OS CASTIGOS CORPORAIS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA PARAENSE NO ROMANCE DE LINDANOR CELINA (1930)

Guthemberg Felipe Martins Nery - UFPA - Universidade Federal do Pará

Laura Maria Silva Araújo Alves - UFPA - Universidade Federal do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

OS CASTIGOS CORPORAIS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA PARAENSE NO ROMANCE DE LINDANOR CELINA (1920)

RESUMO

Este trabalho surgiu a partir de análises da literatura romanesca *Menina que vem de Itaira* (1996), da escritora nortista Lindanor Celina, na qual identificamos a presença dos castigos corporais orientados por ideologias e utilizados como métodos punitivos no interior de uma escola primária paraense, nos anos de 1920. Metodologicamente, utilizamos a literatura como fonte documental ancorada na perspectiva analítico-discursiva de discurso ideológico realizado por Mikhail Bakhtin. Os discursos romanescos de Lindanor Celina indicam um repertório de práticas de castigos corporais empregada pelo professor como ferramenta disciplinar para o controle do comportamento infantil.

Palavras-chave: Castigos corporais, Educação primária., Discursos, Romance, Lindanor Celina.

INTRODUÇÃO

Os documentos guardam discursos com vestígios capazes de elucidar o pitoresco repertório de castigos corporais utilizados por professores como instrumento de educar a criança no interior das escolas nas primeiras décadas do século XX. No caso do texto literário entendemos ser uma fonte documental permeado por uma trama de discursos que comportam ideologias, percepções, vozes de sujeito retratando, pelas vias da ficção, múltiplas situações e vivências que envolveram a realidade das práticas de castigos corporais

difundidas no contexto escolar ao longo da história. Neste sentido, a literatura “como prática simbólica, configura-se na formulação de outra realidade que, embora tenha referente constante o real no qual o autor e leitor se inserem, guarda com o real uma relação não de transparência, mas de opacidade própria de construção.” (ALVES; ARAÚJO, 2011, p 73).

Neste trabalho damos destaque a literatura como prática simbólica capaz de re(a)presentar o real através da ficção destacando as obras literárias da escritora nortista Lindanor Celina para elucidar um conjunto de discursos sobre diversas práticas de castigos corporais utilizados pelo professorado paraense na condução educacional escolar primária das décadas iniciais do século XX. Desse modo, escolhemos o romance *Menina que vem de Itaiara*, para investigar os discursos entretecidos pela autora e responder a seguinte questão: Que discursos ideológicos orientavam as práticas de castigos corporais desenvolvidas dentro da escola no contexto da fictícia cidade de Itaiara, Nordeste do Estado do Pará, nos idos de 1920?

Metodologicamente, este trabalho parte de uma pesquisa de cunho documental ao nos debruçarmos na fonte romanesca de Lindanor Celina. Os vestígios históricos das práticas de castigos corporais contidas na educação do docente descrito nas páginas do romance foram devidamente analisados à luz da análise do discurso de Mikhail Bakhtin, em especial a categoria de discurso ideológico. Esclarecemos que a categoria de discurso ideológico é concebida, na ótica bakhtiniana, como o discurso que evidencia a constituição da voz ideológica de um indivíduo situado em contexto histórico e meio social e cultural determinado.

A ESCOLA DO PROFESSOR CARVALHO E SUA PRÁTICA DE CASTIGOS COROPRAIS

Nos discursos romanescos da obra *Menina que Vem de Itaiara*, a escola do professor Carvalho foi uma emblemática instituição de ensino primário em funcionamento na cidade de Itaiara, nos idos de 1920. É indicado na obra que a instituição funcionava na própria residência de mestre-escola, no interior de uma sala de aula destinada ao atendimento educacional tanto meninas quanto meninos considerados indisciplinados e “sem jeito”. Por este motivo, o referido espaço é dito como um ambiente de ensino rígido e severo, que usava (e abusava) de castigos como principal ferramenta de controle e punição disciplinar dos corpos de seu alunado. Sobre este aspecto, a narradora-personagem Irene enuncia em seu discurso que, na pequena cidade, nenhuma escola primária era tão famosa pelo rigor disciplinar e arte de punir como a “[...] do professor Carvalho, da Maricota Juvenal” (CELINA, 1996, p. 107).

Alves e Araújo (2011) esclarecem que os castigos físicos contra as crianças migraram, ainda no século XIV, para o Brasil, pelas mãos dos padres jesuítas que costumavam utilizá-los como prática disciplinar nas primeiras escolas e colégios do país. Não demorou para variadas formas de infligir castigos aos corpos das crianças estenderem-se ao âmbito privado, da

família, sendo legitimada e incorporada cada vez mais à vida social e compondo uma prática comum usada tanto no contexto escolar quanto familiar para corrigir, punir e educar a criança por meio do medo e violência. Explicam, ainda, que no recinto escolar estas violentas práticas de punição corporal, geralmente, envolveram o uso de um arsenal de instrumentos e artefatos pitorescos: “É típico o uso de réguas, canetas, lápis, etc. Outra forma de punição corporal na escola é a de obrigar a criança a fazer um exercício extenuante.” (ALVEZ; ARAÚJO, 2011, p. 68).

No caso da escola primária do professor Carvalho, a prática mais comum de castigo corporal aplicado aos corpos dos alunos considerados indisciplinados eram os “bolos” desferidos nas palmas de suas mãos por meio do artefato de suplício da palmatória. A palmatória, artefato de suplício com o qual o professor castigava o pequeno infrator batendo nas palmas de suas mãos com “bolos”, gerando intensas dores físicas, tornou-se um símbolo de poder, de terror e de punição disciplinar diante aos corpos dos pequenos sujeitos: “[...] A lei ali, a palmatória é quem ditava.” (CELINA, 1996, p. 107). No interior da sala aula do mestre Carvalho, as leis da palmatória ganhavam vida e incutiam regras para a formação de corpos educados e submissos.

Vale pontuarmos, ainda, os mais diversos pretextos apontados na voz narrativa dos personagens para o mestre-escola punir disciplinarmente seus alunos com violentos “bolos” de palmatória, tais como: atraso ou dificuldade na aprendizagem dos saberes ensinados, atitudes com caráter de afronte ao professor, incumprimento ou transgressão aos valores e comportamentos impostos, entre outras motivações. Nesse sentido, é preciso lembrar, como chama atenção Alves e Araújo (2011, p. 95), que a quantidade de golpes desferidos às mãos das crianças durante o castigo corporal, geralmente, ficava a custo do “juízo que o mestre fazia da possível gravidade do erro”. Tais castigos, de um lado, geravam nas crianças o sentimento de humilhação e de revolta pelas práticas recorrentes de controle dos comportamentos; de outros, estimulavam a disputa entre os alunos e o sentimento de vingança, uma vez que, o professor estimulava o uso da palmatória entre os alunos.

Além dos temíveis e disciplinares “bolos” de palmatória, a voz da narradora-protagonista Irene perfaz outras modalidades de punições escolares aplicadas pelo professor Carvalho aos corpos dos alunos, enunciando os “[...] castigos de joelhos, em cima do carroço de milho, ou com tijolo na cabeça, os braços abertos no meio da sala” (CELINA, 1996, p. 107). Este desmedido repertório de castigos físicos comprova, portanto, um espaço escolar com legitimação e recorrência do suplício como um caminho para educar a criança, mantendo a ordem e disciplina por meio de componentes como o medo e a dor. Atesta, ainda, o quanto os corpos do alunado estavam sujeitos a formas de suplícios mais imediato (no caso de sofrimento imediato causado pelos “bolos” de palmatória), como também oriundo da prolongação do tempo (no caso de sofrimento gerado pelos longos instantes em que os pequenos infratores permaneciam sobre os grãos de milho, ou ainda, de pé no centro da sala e suportando sob a cabeça algum objeto pesado).

No repertório de castigos corporais enunciados pelos personagens contidos no texto romanesco de Lindanor Celina, percebemos ecos do *discurso ideológico* da civilidade orientando o espaço educacional do professor Carvalho, uma vez que, conforme elucida Bakhtin (2014), os textos são produtos de uma criação ideológica que não desvinculados do contexto histórico e sociocultural no qual encontram-se datados, desse modo, devem ser encarados como criações constituídas por discursos ideológicos que circulam e atravessam os sujeitos por meio da linguagem.

Lindanor Celina entretece em seu texto romanesco outra incomum prática utilizada por mestre Carvalho que estava imersa tanto no *discurso ideológico* da civilidade, com também do *discurso ideológico* moral. A prática em questão era o “castigo corporal do saco”, e sobre prática que buscava incutir valores morais em seu alunado por vias do castigo corporal, a narradora-protagonista Irene discursa: “[...] para menino que tinha vícios de tirar coisas alheias, o professor Carvalho possuía um saco, de encomenda.” (CELINA, 1996, p. 107). Como é possível observarmos no trecho destacado, em seu exercício consciencioso do magistério primário, professor Carvalho orientava a criança com exemplos para coibir e prevenir gestos e hábitos de afrontes aos valores morais prevaletentes à época, como por exemplo o furto.

De acordo com Boto (2010), a escolarização tomou como paradigma o ideário kantiano de ética, ancorada na ideia de autonomia da vontade moral. Sucede que neste ideário a criança não possui vontade moral autônoma, é inábil para discernir entre o bem e o mal, não distinguindo, portanto, o certo e do errado. Ficou então sob cargo dos adultos, a partir de sua tarefa de magistério na educação escolar, a tarefa de orientar a formação do caráter moral da criança desce sua primeira etapa (exatamente aquela que compreende o ensino primário), apresentam-se a elas os valores morais, em geral acoplados a exemplos, como uma tábua de normas inquestionáveis a ser acatada.

Assim sendo, uma vez praticada e comprovada a transgressão cometida pelo pequeno corrupto no recinto escolar, cabia ao professor submetido o pequeno infrator ao castigo de permanecer por longos intervalos com suas mãos dentro do saco para, no decurso do suplício e presença dos colegas de classe, repensar as consequências de seus vícios e más ações realizadas: “Se o coitado era apanhado em flagrante, ficasse provado que ele é quem furtara o lápis, o livro, a régua, a merenda do companheiro, passava a aula inteira de pé, diante de todos, a mão dentro do saco.” (CELINA, 1996, p. 107). Percebemos, desse modo, o texto literário em questão apontar a vigência de uma pedagogia incutida de profusas práticas corretivas e disciplinares engendradas por arcaicas táticas de castigos corporais que visavam o forjar de comportamentos, de formas de pensar e de valores capazes de conduzir à criança, cidadão em formação rumo aos caminhos da civilidade e moralidade.

Destacamos ainda que independentemente do tipo de agressão aplicado, o fato é que tal prática de castigos corporais incutia na criança um misto de sentimentos envolvendo temor, apreensão, ódio e repulsa diante ao professor primário que fizesse uso em demasia

desta violenta maneira de educar, civilizar e moralizar. A exemplo da figura de mestre Carvalho, considerado como um inimigo, um suplicador, que aparentava praticar a punição física em seus alunos não apenas por hábito do seu ofício, mas principalmente para saciar um sádico prazer. Tamanho era o trauma e comportamento de esquivava das crianças mestre, pois “ [...] só de olhar para um menino, este de medo urinava” (CELINA, 1996, p. 107).

Por fim, pontuamos os discursos literários de Lindanor Celina possibilitarem compreender, ainda, como a violenta prática de castigo corporal perpetrada pelo professor Carvalho no cotidiano escolar não era problematizada pelos pais dos alunos, e ainda, recebia incentivo e consentimento dos mesmos. No contexto da obra, o ponto de vista dos pais dos alunos é apresentado sobretudo a partir do discurso de Irene, onde identificamos uma visão genitora provida de valor e autoridade que outorgava o mestre-escola não fazer vista grossa à perversidade da criança e agir com violência em sua educação, especialmente sobre aquelas de comportamentos considerados inadequados à época: “Filhos desordeiros ou peraltas, já se sabia, iam para o professor Carvalho” (CELINA, 1996, p. 107).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo exposto, consideramos que a grande questão sobre os discursos da educação escolar primária oferecida pelo professor Carvalho descrito em *Menina que vem de Itaiara* diz respeito ao fato de que as práticas de castigos corporais aplicados aos corpos do alunado, na época a que se refere a obra, eram vistos como ferramentas de controle disciplinar para assegurar o ingresso do educando numa sociedade moralmente controladora de comportamentos. Os instrumentos utilizados, a exemplo da palmatória, do caroço de milho, do tijolo e do saco eram cotidianamente utilizados de forma natural pelo professor para educar corpos, hábitos e costumes das crianças, demonstrando o quanto a violência fazia-se presente na relação pedagógica escolar. Seu uso era, inclusive, legitimado não apenas no universo escolar, mas também pelas vozes que se levantavam no contexto familiar e reforçavam o castigo como eficaz maneira de promover saberes e valores e inculcar comportamentos.

Diante a isto, percebemos Lindanor Celina trazer o registro de um texto romanesco com a marcante presença de personagens, alunos e professores, portadores de vozes equipotentes e discursos que conduzem à reflexão crítica do leitor tanto pela crença nos castigos físicos como caminho civilizatório e moral, quanto pela associação da ação educacional do educador à dor física do educando. A leitura deste romance, bem como de tantos outros escritos pela literata, abre diversos caminhos investigativos. É importante que estudos mais aprofundados sobre os usos (e abusos) dos castigos como parte do contexto escolar paraense de outras épocas sejam contemplados e, dessa forma, possamos compreender “como em diferentes momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16) por diferentes grupos sociais que nela estão inseridos e produzem seus discursos.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. M. S. A; ARAÚJO, S. M. S. Castigos corporais e disciplinamento na escola: um estudo a partir da literatura brasileira. In: Castro, A. C.; PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, A. P. (Org.). **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste** . São Luís: EDUFMA, UFPB, Café e Lápis, 2011, p. 67-100.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BOTO, C. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Ninho, 23(2), p. 35-72, 2010. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13986>>. Acesso em: 10 de Abril, 2023.

CELINA, L. **Menina que Vem de Itaiara** . Belém: Editora Cejup, 1996.

CHARTIER, Roger. **Entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002. (Coleção memória e sociedade).